



## “HÁ ESTRANHOS ENTRE NÓS”: VIDAS MIGRANTES E ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS

Betina Hillesheim  
Universidade de Santa Cruz do Sul

Giulia Netto Löbler  
Universidade de Santa Cruz do Sul

Luísa Klix de Abreu Pereira  
Universidade de Santa Cruz do Sul

Eixo 2 – Educação, Cultura e Produção de Sujeitos

Segundo dados da Organização Internacional para Migrações (OIM, 2019), cerca de 272 milhões de pessoas (3,5% da população mundial) se encontram na condição de imigrantes internacionais. Os motivos que impulsionam a intensificação dos movimentos migratórios nos últimos anos estão intrinsecamente ligados a questões de nível global: crises políticas, catástrofes climáticas, guerras, insegurança alimentar e o desejo de um futuro melhor. Desse modo, a resolução para as conflitivas ocasionadas mundialmente acaba por se dar nas cidades, originando, assim, o conflito global  $\times$  local quando o assunto é a crise migratória. Tendo em vista que os municípios se constituem como campos de batalhas para darem conta dos jogos de forças perante a chegada das novas identidades migrantes e diante da dualidade “nós e eles”, a pesquisa Migração e Processos de In/exclusão volta-se para a problematização e discussão das estratégias biopolíticas de gestão das vidas migrantes a partir de documentos legislativos no recorte temporal de 2013 a 2017 nos municípios de Lajeado, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. É necessário pontuar que o presente trabalho tem como foco a discussão realizada a partir da produção de dados das cidades de Lajeado e Santa Cruz do Sul, pois seus resultados convergem.

Após a análise de 1764 documentos referentes ao município de Lajeado e 2398 documentos referentes a Santa Cruz do Sul, evidenciou-se a invisibilidade da temática

nas cidades: apenas 34 documentos fazem alusão à migração em Lajeado e 19 mencionam o tema em Santa Cruz do Sul. Contudo, tais materiais não são em sua totalidade referentes à migração contemporânea. Quando falamos no primeiro município, 32 matérias legislativas evidenciam os rastros deixados pela imigração europeia do século XIX. Esse fluxo migratório mais antigo é visualizado no corpo da cidade: nomeia ruas e parques e é celebrado a partir da Festa da Imigração. Logo, apenas 02 tangem à migração atual. Ao voltar-se para os 19 documentos de Santa Cruz do Sul, 07 deles também reafirmam e preservam os costumes e a cultura alemã. Dos outros 12 materiais, 05 são pedidos e respostas de informações acerca das condições dos imigrantes contemporâneos na cidade que foram encaminhados à Polícia Federal, investigando e controlando os mais variados pontos das vidas desses sujeitos; 04 documentos abordam a temática do Programa Mais Médicos; 01 documento faz menção à homenagem aos militares locais que participaram da missão no Haiti e 02 dizem respeito à fiscalização de ambulantes no município.

O que esses documentos sinalizam é que a migração europeia nos dois municípios é cristalizada e ocupa não só uma posição de destaque, mas também de naturalização. Assim, se produz no imaginário das cidades uma figura bastante clara e mitológica de quem são os migrantes: os imigrantes europeus e, atualmente, seus descendentes. Nesse sentido, retomam-se as palavras de Bauman e Bordoni (2016), quando os autores pontuam que o choque entre o *global* e o *local* é conferido também no encontro entre *nós* e *eles*, os estranhos.

A fim de tecer outras discussões a partir dos dados produzidos, tomam-se emprestados os conceitos de Michel Foucault, a partir dos quais é possível entender de que maneiras o poder se configura. Foucault (2005) aponta que em meados do século XVII e XVIII o poder deixa de estar centrado na figura de um soberano e, a partir da constituição dos Estados-Nação, passa a se ramificar, estendendo-se, em maior ou menor grau, a todos. Há assim uma mudança nas formas de funcionamento de poder, o qual se constitui, em um primeiro momento, como um poder disciplinar, que se volta para o corpo dos indivíduos no sentido de torná-los úteis e dóceis. Com o nascimento da Estatística, tornou-se possível mapear as populações, medir riscos e gerenciar vulnerabilidades. Assim, investe-se na vida humana a partir da noção de população. Esse poder, que age na/pela vida, Foucault (2005) chamou de biopoder e opera tanto sobre o indivíduo (anatomopolítica) quanto sobre a população (biopolítica). Dessa forma, o poder adquire fluidez e circularidade. Destaca-se, entretanto, que essas formas de poder não se anulam.

A disciplina, centrada no corpo cujos efeitos são individualizantes, busca “reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos” (FOUCAULT; 2005), enquanto que a biopolítica “se dirige à multiplicidade dos homens”, não como corpos, mas como “uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.” (FOUCAULT; 2005, p. 289). O poder, para o filósofo, age no limite da disciplina e da biopolítica. Garantir a coesão social através da disciplina torna-se fundamental para que a vida humana possa ser gerida. Com isso, Foucault (2008) mostra que a governamentalidade está relacionada à arte de governar. A governamentalidade encontra-se alinhada ao direito de fazer viver e de deixar morrer, tendo como objeto o corpo da população, a economia seu saber principal e os dispositivos de segurança seus mecanismos básicos, fazendo com que as diversas vidas da população sejam passíveis de mais ou menos ações.

A ameaça diante da diferença gera o medo do desconhecido. A língua, a cultura, o tom de pele e outros costumes marcam as diferenças entre esses dois mundos distintos que passam a habitar os mesmos espaços. Assim, é a partir da diferença que o migrante é lido enquanto ameaça de “destruição das coisas que apreciávamos” (BAUMAN; 2017). Emerge daí a necessidade de mapear esses corpos, traçar estratégias de regulação e controle dessas vidas. Além de diferentes ou estranhos, esses sujeitos são vistos pela população que já se encontravam nas cidades como demandadores de políticas públicas e ameaças à cultura, identidade e costumes locais, legitimando e refletindo, assim, na ausência de discussões legislativas de cada cidade - denotando uma invisibilização de tais vidas - ou na busca de dados sobre estes ‘estranhos’. Tal compreensão fica evidente nos pedidos de informações enviados à Polícia Federal nos anos de 2014, 2015 e 2017 na cidade de Santa Cruz do Sul, os quais contam com mais de 10 questionamentos controlando diversas áreas das vidas dos recém chegados: suas nacionalidades, se estão legalizados ou não, se estão vacinados, se possuem alguma doença, quais são suas profissões e respectivas rendas e quantos imigrantes possui a cidade, são alguns dos questionamentos feitos.

Seguindo a discussão, entendendo que a inclusão é um imperativo, Veiga-Neto e Lopes (2011) propõem o termo in/exclusão, já que na contemporaneidade a inclusão e a exclusão são duas faces de uma mesma moeda, operando conjuntamente. A partir de tal

entendimento, evidencia-se em um dos documentos que dizem respeito à temática da migração atual na cidade de Lajeado, a autorização e repasse financeiro a Univates destinado à impressão de uma obra literária sobre a temática. A justificativa para tal ação é que o assunto carece de “visibilidade e compreensão por parte da população das trajetórias de vida, dos hábitos e das perspectivas dos imigrantes em relação ao nosso país”. Assim, a publicação teria por finalidade sensibilizar a comunidade lajeadense em relação ao acolhimento e inserção social dos imigrantes, incluindo tais sujeitos. Em contrapartida há apenas essa ação inclusiva no documento investigado, confirmando uma inclusão falha: ao passo que tenta incluir e dar visibilidade, exclui por ser uma ação isolada e sem fins efetivos. Nos dados santacruzenses, a in/exclusão opera a partir de uma lógica de produção e interesse no corpo recém-chegado em prol dos que aqui já estavam. Sendo o caso dos documentos referentes ao Programa Mais Médicos que vêem nos estrangeiros uma possibilidade de ganho e, conseqüentemente, acabam por incluí-los na população local, entretanto excluem por não pensar e discutir políticas realmente efetivas para esse “outro”.

Os dados produzidos pela pesquisa sinalizam os tensionamentos entre *nós e eles*, *global e local*. Esses jogos revelam os processos de in/exclusão que vivem os migrantes nas cidades sobre as quais a pesquisa se debruçou: embora a problemática seja constante e globalmente produzida, são os municípios que buscam soluções no contexto local. Dessa forma, revela-se que, mesmo dentro da fronteira de um município, existem diferentes mundos. Na tentativa de diminuir distâncias que não são físicas, mas sim sociais, aponta-se a necessidade de políticas públicas na acolhida aos migrantes. Além disso, assinala-se que as discussões realizadas (ou ausência delas) sobre os migrantes se constituem como estratégias biopolíticas que visam fazer viver ou deixar morrer, no sentido de governar estas vidas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Migração; Biopolítica; In/exclusão.

## **REFERÊNCIAS**

- BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017.
- BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Relatório Mundial sobre migrações**, 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. **Inclusão, exclusão, in/exclusão**. Revista Verve, v. 30, p. 121-135, 2011.